



ATIVIDADES 2020

1º Semestre

Destaques

No 1º semestre de 2020, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão realizou as seguintes atividades:

1. COORDENAÇÃO

1.1. Enunciados

A 2ª Câmara neste semestre aprovou 26 novos Enunciados (Enunciados 73 a 98) e revisou outros 5 entendimentos (Enunciados 26, 61, 66, 71 e 77).

A lista completa dos enunciados, com os respectivos precedentes, está disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/enunciados>

1.2. Orientações

Aprovadas a ORIENTAÇÃO Nº 39 que Orienta sobre a aplicação da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) no âmbito do Ministério Público Federal; a ORIENTAÇÃO 40, que trata de acordos de não persecução penal firmados de forma virtual e a ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 1/2020 - 2ª, 4ª e 5ª CCRs sobre COVID-19 e Providências para mitigação de danos e proteção às populações mais vulneráveis. Todas as Orientações da 2ª Câmara estão disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/orientacoes>

1.3. Avaliação Nacional de Risco (ANR)

Considerando o convite do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF para que o Ministério Público Federal participasse da Avaliação Nacional de Risco (ANR), em preparação para a avaliação do Brasil pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI), a 2ª Câmara, a partir da coordenação do GT ANR/MPF (PGR-00080398/2020), realizou levantamento de informações e dados relativos às ameaças apontadas pelo COAF. As informações foram encaminhadas ao COAF por meio do Ofício nº 33E/2020/2ª CCR, de 30 de abril de 2020 – (PGR-00162720/2020).



1.4. ENCCLA 2020

Como nos anos anteriores, a 2ª Câmara atuou neste primeiro semestre para indicar os representantes do MPF nas respectivas ações. Neste ano serão 11 Ações e o MPF participará de todas elas, na função de colaborador ou coordenador.

Vale destacar a atuação na AÇÃO 01/2020: **Avaliar a efetividade do sistema brasileiro de PLD/FT quanto aos Resultados Imediatos 2, 6, 7 e 8 da Metodologia de Avaliação das 40 Recomendações do GAFI**. Essa Ação é coordenada pelo MPF em parceria com a AJUFE.

Neste semestre foram enviadas à ENCCLA as informações e as análises produzidas pelo MPF quanto aos Resultados Imediatos da Ação - *Core Issues*. (PGR-00164100/2020 e PGR-00190908/2020). Também foram enviadas as contribuições do MPF quanto às recomendações contidas no formulário do GAFI, relacionadas à atuação do MPF (PGR-00098349/2020). Mais informações sobre a ENCCLA estão disponíveis no link: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/enccla>

1.5. COVID-19

Em razão da pandemia de COVID-19, a 2ª Câmara vem atuando, desde meados de março deste ano, de modo a contribuir com o enfrentamento da situação.

Foram realizadas as seguintes atividades:

- Orientação:

Orientação Conjunta nº 1/2020 - 2ª, 4ª e 5ª CCRs - COVID-19 - Providências para mitigação de danos e proteção às populações mais vulneráveis.

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/orientacoes>

- Nota Técnica

Nota Técnica Conjunta - 2ª CCR e PFDC - Epidemia covid-19 e PLS(Substitutivo) 1179/20: Manutenção do prazo de entrada em vigor da LGPD (ressalvadas as sanções administrativas).

http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/notas-tecnicas/notas-tecnicas-1/2020/pr-sp-00039100-2020_nota_tecnica.pdf

- Ofícios e Memorandos

Memorando nº 035/2020 - Uso de verbas existentes em contas judiciais para o combate ao COVID-19 - endereçado ao PGR.

Memorando nº 036/2020 - Medidas preventivas no âmbito da justiça penal (COVID-19) - endereçado ao PGR.

Memorando nº 46/2020 - Indicação de membro para integrar o Gabinete Integrado de Acompanhamento à Epidemia do Coronavírus (GIAC- COVID19).



Memorando Conjunto nº 38/2020 - Recomendação ao Presidente da República - endereçado ao PGR.

Memorando Conjunto nº 47/2020 - Estes para o novo coronavírus (COVID-19) no sistema penitenciário.

Ofício nº 026E/2020/2ªCCR - Medidas preventivas no âmbito da justiça penal (COVID-19) - endereçado ao Presidente do Conselho da Justiça Federal.

- **Publicação**

Guia de investigação e combate à desinformação na internet no contexto da COVID-19, produzido pelo Grupo de Apoio sobre Criminalidade Cibernética da 2ª CCR. O guia está disponível somente na intranet, link a seguir:

<https://portal.mpf.mp.br/intranet/areas-tematicas/camaras/criminal/comissoes-e-grupos-de-trabalho-1/combate-crimes-cirberneticos/restrito-1/guia-pratico-covid-final-gaccc-1>

- **Boas práticas**

Com o apoio do GT Utilidade, Eficiência e Efetividade, a 2ª CCR realizou levantamento dos recursos destinados judicialmente para ações de combate a COVID-19.

As boas práticas estão disponíveis na página da 2ª Câmara, no link: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/sobre/boas-praticas>

1.6. Acordos de Não Persecução Penal – ANPPs

Publicação da Orientação Conjunta Nº 03/2018 - Revisada e ampliada a partir da edição da Lei 13.964/2019.

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/orientacoes/documentos/orientacao-anpp-versao-10-03-2020-ampliada-e-revisada>

As boas práticas em ANPPs estão disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/sobre/boas-praticas>

1.7. LEI Nº 13.964/2019

Em razão das inovações trazidas pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, relativamente à nova redação conferida ao art. 28 do Código de Processo Penal, a 2ª Câmara em conjunto com as 4ª, 5ª e 7ª CCRs, em parceria com a Secretaria Jurídica e de Documentação (SEJUD) expediram comunicados com orientações gerais a respeito das principais alterações referentes ao arquivamento de Inquéritos Policiais e demais procedimentos extrajudiciais de natureza criminal.



http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/comunicados-da-2a-ccr-1/2020/comunicado_conjunto_5_atualizacao_do_conjunto_2_2020_suspensao.pdf

1.8. Projeto Prometheus

A partir das informações enviadas pela Polícia Federal sobre os fluxos dos procedimentos a serem adotados no âmbito do Projeto Prometheus, a 2ª Câmara, com o apoio da Secretaria Jurídica e de Documentação, publicou comunicado contendo fluxo atualizado no Único de providências e tarefas de arquivamento para o encaminhamento de processos para revisão nas Câmaras com atribuição criminal.

A última versão do comunicado incluiu as adaptações realizadas no sistema Único para atendimento às disposições da nova redação do art. 28 do CPP, conferida pela Lei nº 13.964/2019, e, ainda, aos requisitos para encaminhamento de informações à Polícia Federal em decorrência da implantação do Projeto Prometheus.

http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/comunicados-da-2a-ccr-1/2020/comunicado_conjunto_5_atualizacao_do_conjunto_2_2020_suspensao.pdf

1.9. Gaecos MPF

A 2ª Câmara, nos termos do art. 3º da Resolução Nº 146, de 5 de agosto de 2013, manifestou-se favoravelmente às designações para o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado no âmbito do Ministério Público Federal no Estado do Paraná – GAECO/PR.

A relação dos GAECOs no MPF, com seus respectivos membros, está disponível no link: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/gaecos>

1.10. Juiz de Garantias

A 2ª Câmara, em conjunto com as 4ª e 5ª CCRs, enviou sugestões e considerações ao Corregedor do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em razão de estudos relativos à aplicação da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, para análise quanto a estruturação e implementação do juiz de garantias e do julgamento colegiado de 1º grau. (PGR-00002259/2020)

1.11. TCU - Diligência Processo TC 007.597/2018-5

A 2ª Câmara atuou com as demais Câmaras de Coordenação para apresentar considerações sobre documento que tratou de possíveis irregularidades na forma de



recolhimento de recursos oriundos de multas em razão de descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e de indenizações trabalhistas decorrentes de ações e de acordos judiciais. Apesar do tema relacionar-se a procedimentos da tutela coletiva, as câmaras criminais também encaminharam esclarecimentos, sob o aspecto da atividade-fim de cada câmara, uma vez que todas as CCR's foram instadas pela Secretaria-Geral. (PGR-00013670/2020).

1.12. Reuniões e Eventos

Nesse período, foram realizadas cerca de 30 reuniões para tratar de diversos temas afetos à atividade de coordenação. Dentre essas reuniões, vale mencionar, por exemplo, a continuidade na interlocução com a Polícia Federal para tratar de medidas relacionados ao Projeto Prometheus, com vista à adequação do fluxo de informações no Único; A participação em Audiência Pública no Supremo Tribunal Federal sobre a ADC51/DF; A participação em Reunião Ordinária e Extraordinária do O Comitê Executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras - PPIF - no Palácio do Planalto e, ainda, Reuniões Conjuntas com os Coordenadores e/ou Secretários Executivos das 4aCCR, 5aCCR e 7aCCR para tratar da análise e levantamento das ameaças indicadas pelo COAF, dentro da Avaliação Nacional de Riscos.

Além disso, foram realizadas também um total de 9 Sessões Ordinárias de Coordenação e Revisão.

1.13. Sessões de Coordenação realizadas: Foram realizadas 9 (oito) Sessões de Coordenação. As consultas remetidas à 2ª Câmara foram respondidas e os procedimentos em andamento se referem a temas atuação coordenada e de acompanhamento de interesse da matéria criminal no MPF.

1.14. Referencial Orçamentário: Nesse primeiro semestre de 2020, a 2ª Câmara se empenhou ainda mais para utilizar da melhor forma o referencial orçamentário disponível mantendo o foco na economia da despesa por meio da programação das ações com maior antecedência possível e assim permitir a aquisição de passagens com melhores preços.

Em janeiro, a CVE informou por meio de e-mail o lançamento do valor estimativo do Referencial Monetário para o primeiro trimestre de 2020, de acordo com as Categorias Orçamentárias a serem utilizadas, de acordo com o PGM/2020. O Ofício Circular nº 266/2020/CVE/SG (PGR-000097544/2020) informou o referencial monetário da 2ª Câmara para o ano de 2020 especificamente quanto a Categoria MSACVE – Geral.

Considerando que desde de 2012 até 2019, pelo menos, a 2ª Câmara recebeu valores destinados às Categorias Ações para Erradicação do Trabalho Escravo e Ações Institucionais Repressão ao Tráfico Ilícito de Substâncias Entorpecentes, que permitiram o aprimoramento da atuação do MPF no enfrentamento aos crimes relacionados a esses temas, os Memorandos nº 032/2020/2ªCCR (PGR-00108376/2020) e o Memorando nº 42/2020/2ªCCR (PGR-00122476/2020) encaminhados à SPO e à Secretaria Geral para a realização, na



impossibilidade de reativação dos Planos Orçamentários em questão, de aporte de recursos para as finalidades específicas de combate ao trabalho escravo e repressão ao tráfico de drogas, complementando o referencial da 2ª Câmara, nas categorias trabalho escravo e à repressão ao tráfico de drogas, de modo a permitir a realização das atividades estratégicas da área criminal do MPF.

1.15. Publicações:

Nesse primeiro semestre, foram feitas as seguintes publicações:

- Relatório de Atividades – 2019;
- Coletânea de Artigos – Lei 13.964/2019;
- 28 Comunicados da 2ª Câmara;
- 7 comunicados conjuntos com outras CCR's.

A lista completa das publicações da 2ª Câmara podem ser acessadas no link: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes>

Além disso, foram destacadas pela SECOM as seguintes atuações da 2ª Câmara:

29/5 - [MPF reitera posicionamento contra projeto de lei que pretende legalizar cassinos e jogos de azar no Brasil](#)

14/4 - [MPF é contra o adiamento do início de vigência da Lei Geral de Proteção de Dados](#)

7/4 - [Covid-19: MPF lança publicação para auxiliar membros no combate à desinformação na internet](#)

3/4 - [MPF pede que Ministério da Saúde inclua agentes penitenciários e presos em testes rápidos da covid-19](#)

3/4 - [Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF divulgam balanço de atuação durante regime de teletrabalho](#)

1/4 - [Câmara Criminal do MPF divulga orientações para encaminhamento eletrônico de processos para revisão](#)

1/4 – Em teletrabalho, MPF mantém produtividade durante período de quarentena <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/em-teletrabalho-mpf-mantem-produtividade-durante-periodo-de-quarentena/view>

31/3 – [PGR defende veto a artigo de medida provisória que prevê o fim de voto qualitativo no Carf](#)



26/3 – 2CCR reúne boas práticas no enfrentamento da Covid-19 em sua página na internet: <https://portal.mpf.mp.br/intranet/informa/2020/camaras-e-pfdc/2ccr/2ccr-reune-boas-praticas-no-enfrentamento-da-covid-19-em-sua-pagina-na-internet>

26/3 - [MPF atualiza orientação interna sobre destinação de penas pecuniárias para incluir diretrizes de fiscalização](#)

24/3 - [MPF sugere suspensão temporária de penas de prestação de serviços à comunidade para prevenir propagação da covid-19](#)

24/3 – Covid-19: Augusto Aras solicita informações ao CNJ sobre contas judiciais para destinar valores ao combate à epidemia: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/covid-19-augusto-aras-solicita-informacoes-ao-cnj-sobre-contas-judiciais-para-destinar-valores-ao-combate-a-epidemia>

18/3 - [Câmaras do MPF com atribuição criminal divulgam boa prática para destinação de penas pecuniárias](#)

16/3 - [MPF celebra mais de 2 mil acordos de não persecução penal](#)

4/3 - [MPF defende PEC que define trânsito em julgado da ação após decisão de segunda instância](#)

27/2 - [Pacote Anticrime: MPF seleciona artigos para publicação eletrônica até 15 de março](#)

18/2 - [MPF defende obrigatoriedade de identificação em cápsulas de munição usadas por polícias e pelas Forças Armadas](#)

14/2 - [MPF realiza no Rio palestra sobre juiz das garantias e outras novidades da Lei 13.964/2019](#)

13/3 - [MPF cria grupo de trabalho para auxiliar preparação do Brasil para avaliação do Gafi](#)

12/3 - [Acordos de não-persecução penal: Câmaras do MPF revisam e ampliam](#)



orientação sobre o tema

4/3 - MPF defende PEC que define trânsito em julgado da ação após decisão de segunda instância

27/2 - Pacote Anticrime: MPF seleciona artigos para publicação eletrônica até 15 de março

18/2 - MPF defende obrigatoriedade de identificação em cápsulas de munição usadas por polícias e pelas Forças Armadas

13/2 - Nota técnica defende a regularidade da portaria que autoriza atuação da PRF em operações de natureza investigativa

11/2 - MPF defende que acesso a dados de internet em território nacional deve seguir legislação brasileira

6/2 - Augusto Aras indica representantes do Ministério Público Federal para atuação na Enccla 2020

4/2 - Nota técnica atualiza diretrizes sobre acautelamento de bens e arquivamento físico de inquéritos policiais nas unidades do MPF:

<http://intranet.mpf.mp.br/informa/2020/camaras-e-pfdc/2ccr/nota-tecnica-atualiza-diretrizes-sobre-acautelamento-de-bens-e-arquivamento-fisico-de-inqueritos-policiais-nas-unidades-do-mpf>

31/1 - Novo comunicado esclarece sobre procedimentos para arquivamento de feitos criminais: <http://intranet.mpf.mp.br/informa/2020/camaras-e-pfdc/2ccr/novo-comunicado-esclarece-procedimentos-para-arquivamento-de-feitos-criminais>

29/1 - MPF prorroga seleção de artigos para publicação eletrônica sobre a Lei Anticrime

28/1 - MPF defende articulação entre órgãos de fiscalização e sociedade no combate ao trabalho escravo

27/1 - Sessão Aberta: podcast analisa os impactos do Pacote Anticrime



24/1 - MPF publica orientação para membros com atuação criminal sobre aplicação da Lei de Abuso de Autoridade: <http://intranet.mpf.mp.br/informa/2020/camaras-e-pfdc/2ccr/mpf-publica-orientacao-para-membros-com-atuacao-criminal-sobre-aplicacao-da-lei-de-abuso-de-autoridade>

21/1 - Comunicado conjunto detalha mudanças no arquivamento de inquéritos e procedimentos extrajudiciais de natureza criminal: <http://intranet.mpf.mp.br/informa/2020/camaras-e-pfdc/2ccr/comunicado-conjunto-detalha-mudancas-no-arquivamento-de-inqueritos-e-procedimentos-extrajudiciais-de-natureza-criminal>

20/1 - [Para MPF, destinação de recursos provenientes de acordos e sentenças criminais está dentro da legalidade](#)

15/1 - [Busca pelo aprimoramento da legislação penal é destaque na atuação da Câmara Criminal](#)

9/1 - [PGR encaminha sugestões ao CNJ para implementação do juiz de garantias](#)

9/1 - [MPF seleciona artigos científicos para publicação sobre o Pacote Anticrime](#)

2. REVISÃO

REVISÃO	
Total de processos julgados	2634
Total de processos apreciados por decisão monocrática	924
Total de processos remanescentes	99
Total geral	3657